

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?

Confira estratégias para a participação da juventude no fortalecimento dos territórios e mitigação das mudanças climáticas

Objetivo

As informações deste resumo são destinadas à elaboração e implementação de políticas públicas, planos, programas e projetos de fomento à incidência política da juventude na Amazônia. Este conteúdo é direcionado a gestores públicos, legisladores e organizações da sociedade civil de apoio e base comunitária.

Essas discussões permeiam os objetivos do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e dos direitos previstos pelo Estatuto da Juventude.

Mensagens-Chave

- A.** A formação e capacitação de jovens e o fortalecimento de coletivos ampliam o sucesso de iniciativas de conservação e ação climática nos territórios;
- B.** O reconhecimento do contexto territorial das demandas e da sabedoria tradicional e plural dos povos e comunidades tradicionais fortalece a identidade cultural e a valorização dos jovens;
- C.** O diálogo intergeracional entre atores sociais amplia o potencial de influência dos jovens, possibilitando que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas nos processos de tomada de decisão.

Recomendações

- A.** Criar uma linha de financiamento para as ações de formação, capacitação e fortalecimento de coletivos, visando ampliar o engajamento de jovens em áreas protegidas, rurais e urbanas e seus entornos;
- B.** Construir formações e capacitações contextualizadas ao território para a juventude, com linguagem adequada à sua realidade e visando qualificar sua incidência política e ampliar suas perspectivas de atuação;
- C.1.** Apoiar a inserção de jovens nos espaços de tomada de decisão, ouvindo-os no processo de elaboração e implementação de políticas públicas para a juventude e outros temas relevantes;
- C.2.** Implementar mecanismos que garantam a segurança física e a saúde mental de lideranças jovens que atuam com incidência política.

Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



Introdução

A elaboração deste resumo foi subsidiada pela experiência do LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica, uma iniciativa do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. O documento reflete uma visão construída coletivamente junto a diversos atores que vivem e pensam a Amazônia. Contribuições importantes foram geradas a partir das discussões realizadas em novembro de 2023, durante o Seminário Legado Amazônico, que reuniu 77 organizações locais de base (indígenas, extrativistas, cooperativas), 40 organizações da sociedade civil, 13 instituições de governo (federais e estaduais), cinco redes/movimentos sociais (extrativistas, indígenas e quilombolas), 10 organizações com fundos de financiamento, 10 organismos internacionais, 15 instituições de pesquisa e 10 empresas – todos engajados na conservação do bioma.

Aqui discutimos estratégias que potencializem a participação e protagonismo da juventude no fortalecimento dos territórios e enfrentamento das mudanças climáticas. A articulação em redes e coletivos possibilita tanto a representatividade em espaços de decisão quanto a ação estratégica de incidência política. Formações e capacitações voltadas para as juventudes amazônicas devem respeitar sua diversidade identitária, que agrega juventudes extrativistas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais. O diálogo entre juventudes, financiadores, organizações da sociedade civil e poder público é essencial para que suas demandas sejam incluídas nas iniciativas e políticas públicas.



A. Grupos e coletivos de juventude

Jovens de povos e comunidades tradicionais enfrentam diversos desafios específicos, como deslocamento forçado, discriminação de várias formas, marginalização econômica, conflitos armados e perda de autonomia territorial. Reconhecer esses desafios é o primeiro passo para criar ações efetivas voltadas para os direitos territoriais, conservação da biodiversidade e gestão sustentável, reconhecendo também o conhecimento ancestral e considerando os desafios climáticos (Rights and Resources Initiative, 2022).

A organização coletiva, por meio de redes e grupos de jovens, fortalece as comunidades e permite a mobilização de recursos e esforços para alcançar objetivos comuns nos territórios. Grupos bem estruturados podem representar melhor os interesses da juventude em espaços de decisão, além de promover a participação ativa em projetos comunitários e sociais (Abramovay *et al.*, 2002). Porém, a participação dos jovens precisa ser estimulada também nas associações e organizações locais, para que haja troca de conhecimentos e visões entre as gerações, aproveitando tanto a experiência e o histórico de incidência, quanto o potencial criativo para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

A participação ativa dos jovens no desenvolvimento comunitário e nas decisões de gestão fortalece o senso de pertencimento e a responsabilidade social. Essa participação requer investimentos em formação e capacitação de jovens, além do subsídio a iniciativas lideradas por eles, para que se mantenham engajados em contribuir para suas comunidades e territórios e não sejam cooptados por atividades ilegais ou que gerem uma desconexão com sua linhagem ancestral.

B. Educação e Juventude

Para desenvolver uma abordagem educacional integradora e sustentável, que respeite e valorize o contexto territorial e os diversos saberes, enquanto prepara os jovens para o futuro, é essencial implementar programas que combinem práticas e conhecimentos ancestrais com conhecimentos contemporâneos. Abordagens educativas, como formações, capacitações ou oficinas, podem ser projetadas para abordar temas como comunicação, bioeconomia e tecnologias, fortalecendo a identidade cultural dos jovens e capacitando-os com as habilidades necessárias para contribuir na proteção e resiliência de suas comunidades, promovendo também a permanência voluntária dos jovens em seus territórios.

Além disso, a inclusão de histórias locais e saberes indígenas em programas educacionais é crucial para uma educação decolonial e antirracista, valorizando o conhecimento ancestral e ecológico de povos e comunidades tradicionais. Isso promove uma conscientização crítica que valoriza tanto os conhecimentos dos anciãos quanto as perspectivas das comunidades indígenas locais. Pedagogias baseadas nessas premissas permitem que crianças e jovens se envolvam de forma ativa na solução de problemas, empoderando-os a agir local e globalmente em prol do bem-estar dos moradores de seus territórios (Ritchie, 2020).

Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



B. Educação e Juventude

A "Carta da Juventude das Florestas ao Governo Federal", redigida por jovens extrativistas, indígenas, beiradeiros, ribeirinhos, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais durante a Semana da Sociobiodiversidade em 2023, traz uma série de reivindicações desses grupos. Dentre elas, está a construção de um "Programa Nacional de Capacitação e Formação da Educação Escolar contextualizada às vivências e culturas ancestrais para as mulheres e jovens" e a transformação do "Programa Jovens Protagonistas em uma política pública de formação" de povos e comunidades tradicionais, criando oportunidades institucionalizadas "como estágios em órgãos e instituições que realizam a gestão territorial, controle, monitoramento e incentivo à produção da sociobiodiversidade". Esses exemplos transmitem o desejo por uma formação qualificada e adequada, superando a enorme lacuna de infraestrutura e oportunidades de educação e emprego na região Norte do país.

C. Articulação territorial e redes de apoio

A articulação entre representantes de diferentes setores e gerações permite que a juventude conte suas próprias histórias. A inserção dos jovens nos espaços de decisão requer investimento em capacitações que estimulem o empoderamento dos jovens e fomentem sua atuação dentro e fora das comunidades, no desenvolvimento de políticas públicas efetivas (Rights and Resources Initiative, 2022). Entre alguns temas relevantes estão: legislação, gestão financeira e institucional, história e cultura local e regional, estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, recuperação e manejo dos recursos naturais, entre outros. Vale destacar que, além da participação nos espaços de decisão, é necessário que os jovens tenham acesso a meios para a implementação das estratégias e soluções construídas nesses espaços, o que inclui também a destinação de recursos para apoiar iniciativas das juventudes nos territórios.

Além dos arranjos formativos, a inclusão de jovens deve abranger a promoção de políticas e instrumentos de segurança e de cuidado com a saúde mental. Lideranças de povos e comunidades tradicionais geralmente acumulam muitas demandas no exercício de sua luta social e podem estar em risco ao colidirem com interesses ilícitos que ameaçam seus territórios. Isso é ainda mais grave considerando o histórico de violência contra lideranças ambientais no Brasil. Por isso, especialmente nesse momento inicial da carreira dessas lideranças, é fundamental garantir que esses jovens tenham acesso a redes de apoio tanto nas comunidades quanto na esfera pública, pelos órgãos responsáveis pela proteção e fiscalização de seus territórios.

Políticas Públicas

A ampliação das ações da juventude no fortalecimento dos territórios está vinculada ao Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e ao Estatuto da Juventude.

Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



O PNJMA tem entre seus objetivos “ampliar e qualificar a participação dos jovens na redução de emissões de gases de efeito estufa, na adaptação à mudança do clima e nas negociações internacionais sobre o tema”; “aumentar a qualidade e a quantidade de processos de formação e participação de jovens no enfrentamento da injustiça ambiental”; “ampliar o acesso às informações e às condições necessárias para que o jovem possa atuar como agente de transformação em relação aos desafios apresentados pela redução da biodiversidade”; e “valorizar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens” (Brasil, 2015).

A PNGATI estabelece, no artigo 4º, inciso V, eixo 5, j), “promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas”. Já o inciso VII, eixo 7, acrescenta: e) “promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada” (Brasil, 2012).

Os objetivos da PNPCT, conforme o artigo 3º, inciso V, incluem “garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos educativos formais quanto nos não-formais”. Da mesma forma, o inciso X visa “garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social”. Já o inciso XVII propõe “apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais” (Brasil, 2007).

O Estatuto da Juventude, no artigo 4º, prevê que o “jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude”. Além disso, o artigo 7º afirma que o “jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada”. Por fim, o artigo 14 estipula que o “jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercidos em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerados e com proteção social” (Brasil, 2013).

Legado Amazônico

O LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica é uma iniciativa integradora que potencializa ações de conservação da Amazônia através de três componentes:

1. O Fundo LIRA, que financia projetos socioambientais com povos indígenas e comunidades tradicionais;
2. Gestão do Conhecimento e Inovação;
3. Políticas Públicas Socioambientais.

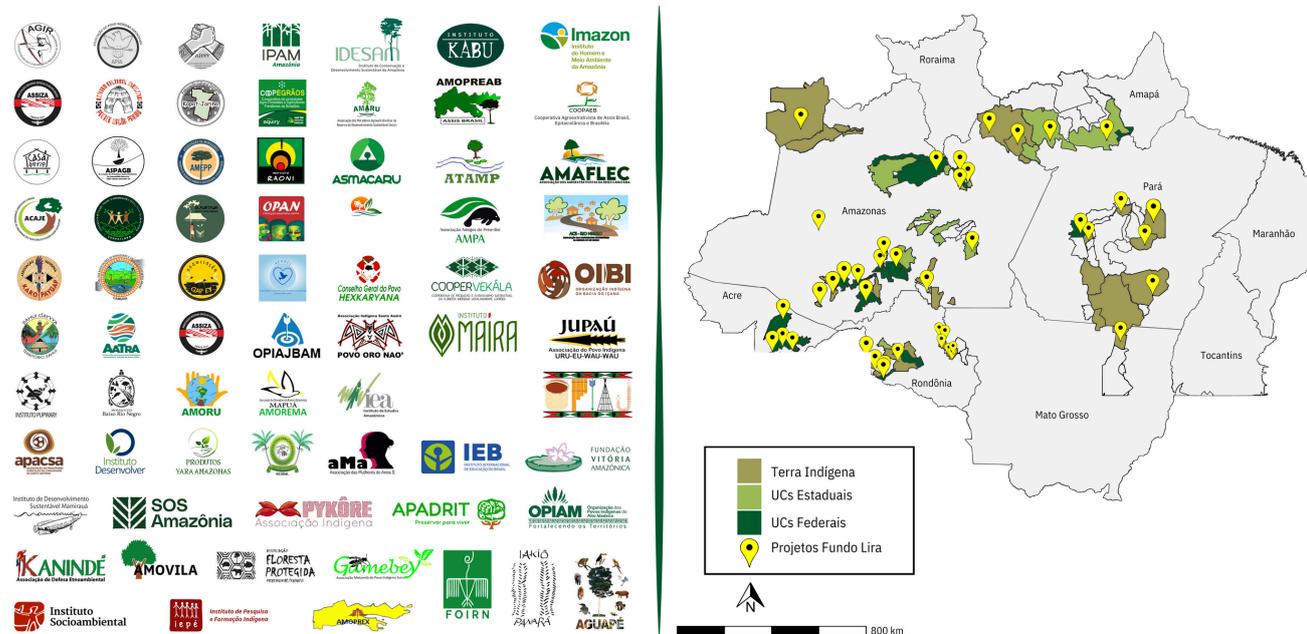
Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



O LIRA articula uma rede de 125 organizações com atuação em 5 estados com bioma amazônico, através da execução de 50 projetos em 59 áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), promovendo a conservação da biodiversidade, o bem-viver de povos e comunidades tradicionais e a resiliência climática.

Rede LIRA



A série de resumos para políticas públicas agrega as sínteses dos aprendizados e diretrizes discutidas dentro do Seminário Legado Amazônico com diversos colaboradores, listados abaixo. Caso tenha interesse em outros temas discutidos, como mercado de carbono, financiamento para conservação e cadeias da sociobiodiversidade, acesse: <https://lira.ipe.org.br/resultados-impactos/>

Para acessar outros materiais da iniciativa, acesse: <https://lira.ipe.org.br/>

Sobre o IPÊ

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas é uma organização brasileira da sociedade civil fundada em 1992. Atua através de projetos nos biomas Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal e Cerrado, aplicando um modelo de conservação que envolve pesquisa, educação e negócios comunitários. Nossas iniciativas atuam na prática para a conservação da biodiversidade, conectividade da paisagem, desenvolvimento socioeconômico, enfrentamento dos desafios climáticos e incidência política. Nessa direção, políticas públicas asseguradas são estratégicas para a conservação da sociobiodiversidade.

Parceiros Financiadores



Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



Colaboradores

Adriana Luz Okubo (SEMA/AP), Adriano Mendonça Fernandes (ICMBio), Adevane da Silva Araújo (SEMA - AM), Adeilson Lopes da Silva (SOS Amazônia), Alberto Sampaio da Silva (ACAJE), Aldeci Cerqueira Maia o Nenzinho (Reserva Extrativista Cazumba Iracema), Alexandre Caminha de Brito (ICMBio), Aloisio Cabalzar (ISA), Angel Batista de Souza (AMT RDS), Antonio Carlos Rocha da Silva (Reserva Cazumba Iracema), Antonio José de Souza (OPIAJBAM), Bia Saldanha (Uma Concertação Pela Amazônia), Bonifácio José (OIBI - Associação Indígena da Bacia do Içana), Bruna Lima de Souza (IEA), Camila Moura Lemke (Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ), Carla Guaitanele (ICMBio), Celicia de Araújo Lima (AMARU), Christiana Pastorino (ICMBio), Cloude Correia (IEB), Cleonete Pereira dos Santos Rodrigues (IEB), Daniela Soares de Lima (ACAJE), Daniel Costa Pinheiro (IMAZON), Daniel Grimoni Alfarella (SELVAGEM - Ciclo de Estudos sobre a Vida), Daiane Tenharin (APITEM/OPIAM), Diego Rodrigues Lavra Viegas (NATURA & CO América Latina), Denise de Sousa Kaiapó Costa (Associação Aippý), Edmilson Fragoso da Silva (Associação de Moradores do Rio Unini - AMORU), Edoniete Ribeiro Gonçalves (AMARJUMA), Eduardo César Cândido Xavier Ferreira (UFRJ), Elias Arwa (Conselho Geral do Povo Hexkaryana), Ennio Salvador Sobreira Lima (IEB), Etelvina Leitão da Costa (AMOVILA), Evando da Silva Costa (AIPPY), Fabiola Maceres Silva (IREÔ/UNYLEYA), Fabrício Gatagon Suruí (Centro Cultural Wagôh Pakob), Francisca da Silva Pinto (AMOPREB), Gasodá Suruí (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia), Geovanna dos Santos Silva (Associação Floresta Protegida), Graziella Comini (IPÊ/USP), Hanoica Jennings Caceres (IDEFLOR-BIO), Hyllen Gonçalves da Silva Apurinã (Instituto Pupÿkary), Ian Leite dos Santos (CAMURA/RDS AMANÃ),

Ilinaia Gonçalves de Sousa (Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ), Ingrid Silva de Freitas Fagundes (Fundação Vitória Amazônica), Israel Vale (KANINDÉ), Lucirema Nahum Pacheco (SDR), Jaira da Silva (COOPGRAOS), Jesse Rodrigues Oliveira (ATAMP), Jéssica Holles (Instituto Maíra/AMA II), Joelmir Silva e Silva (SUMAÚMA), José Maria Carneiro de Oliveira (ATAMP), José Miguel Nascimento Oliveira (Instituto Pupÿkary), José Roberto Araujo Medeiros (AMARU), Josias Honorato Maciel (APADRIT), Juliana Laurino (SUMAÚMA), Kajet Kayapo (Associação Floresta Protegida), Kennedy da Silva de Araújo Apurinã (OPIAJ), Letícia Lopes (IPÊ), Leonardo Rodrigues (IPÊ), Laís de Moraes Rego Silva (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão), Leonel Gonzaga da Silva (AMOVILA), Lucas Anderson Nascimento Tavares (AMOREMA), Lucas Guimarães Grisolia (FUNAI), Magno de Lima dos Santos (OPAN - Operação Amazônia Nativa), Malu Maria Kamaiura (IEB), Maria Andrena Almeida Freitas (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Maria Gabriela Gross (Associação Cultural Indígena Kapot Jarinã), Maria Hildete Marinho Araújo (FOIRN), Maria Leonice Tupari (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia AGIR), Maria Luiza Appoloni Zambom (ICMBio), Marcia Socorro Martins Lins (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas), Marta de Souza do Nascimento (AGUAPÉ), Martha Fellows (IPAM), Monica Pasqualin (CATALYST 2030), Mônica Apolinário (ACEP - Associação Conselho da Escola Pamaali), Mizael Lima da Silva (Associação Indígena Pykôre), Naildo Pereira de Jesus (COOPAFLOA), Nejakson Alves Vidal (Instituto Desenvolver), Neusa Barbosa (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Oyago Suruí (Associação De Defesa Etnoambiental Kanindé),

Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



Colaboradores

Paulo Roberto Russo (ICMBio), Paula Piccin (IPÊ), Pedro Meloni Nassar (Instituto Mamirauá), Peranko Panara (Associação Yakio), Pasyrna Panara (Associação Iakio), Rafaela Andara Vieira de Arimatéa (MMA), Rachel Klaczko Acosta (ICMBio), Raimundo Carlos Barbosa de Souza (IEB), Raimundo Falcão da Silva (Instituto Desenvolver), Renan Reis de Souza (IEPÉ), Ricardo Peng (ICMBio), Rodrigo Paranhos Faleiro (ICMBio/UnB), Rogério Eliseu Egewarth (ICMBio), Salene Carvalho Costa (Instituto Kabu), Sandro Augusto Regatieri (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), Sara Braga i Gaia (IEB), Stephany Caroline Vilela Alves Rodrigues (Banco Mundial), Tatiane Maria Vieira Leite (ICMBio), Thais Ferraresi Pereira (MMA), Thalyta Carvalho Watrin (IDEFLOR-BIO), Thiago Schinaider (Associação Floresta Protegida), Tiago Juruá Damo Ranzi (ICMBio), Valcemir Monteiro da Silva (APADRIT), Valdirene Nascimento da Silva Oliveira (Instituto Pupykary), Veronica Pinheiro de S. Carvalho (SELVAGEM Ciclo de Estudos), Victoria Carvalho Castanho (MMA), Viceli Siqueira da Costa (Associação das Comunidades Sustentáveis da Reserva do Rio Negro), Vivian Karina Zeidemann (IPAM), Walelasoepileman Cristovao Suruí (KANINDÉ).

Organizadoras

Fabiana Prado, Angela Pellin, Letícia Lopes Dias, Letícia Umbelina e Neluce Soares.

Créditos

Ilustração - Érica Bettiol

Foto - André+Carioba

Diagramação - Colibri: Arte e Comunicação

Referências

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127138>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Planalto. **Brasília**, 7 de fev. De 2007. Art no 3.

BRASIL. Decreto no 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Planalto. **Brasília**, 5 de jun. De 2012. Art no 4.

BRASIL. Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Planalto. **Brasília**, 5 de ago. De 2013. Art no. 4, 7 e 14.

BRASIL. Portaria Interministerial no 390, de 18 de novembro de 2015. Institui o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA). Planalto. **Brasília**, 18 de nov. De 2015. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/publicacao_ao_versao3.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

Policy Brief

Como engajar a juventude na incidência política para fortalecer os territórios e combater as mudanças climáticas?



Referências

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE.

Young, Indigenous, Afro-Descendant, and Local Latin American Communities United for the Defense of Ancestral Territories.

Rights and Resources Initiative, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.53892/WHPI7208>

RITCHIE, J. **Movement from the Margins to Global Recognition: Climate Change Activism by Young People and in Particular Indigenous Youth.** Open Access Victoria

University of Wellington, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.1080/09620214.2020.1854830>

